

Chefe da Divisão de Intervenções Regionais no IFDR entre Janeiro de 1991 e Junho de 2000, acompanhando a execução dos programas regionais e iniciativas comunitárias dos QCA I e II;

Chefe de projecto (1995 a 1997) e gestora (1997 a 2001) da iniciativa comunitária REGIS;

No IFDR desde Abril de 1987, deu ainda apoio nos trabalhos de preparação do Programa de Desenvolvimento Regional 1987-1990;

Até esta data, e desde Março de 1974, integrou o quadro do Departamento de Prospectivas e Planeamento, onde apoiou os trabalhos relativos aos programas de execução dos serviços da Administração Pública, desempenhando funções ligadas ao planeamento e programação do mapa VII do PIDDAC (actual mapa XV), assegurando o acompanhamento da inscrição orçamental em PIDDAC e procedendo ao acompanhamento da execução e cumprimento dos planos e elaborando os respectivos relatórios de execução.

Nota curricular de Sérgio Miguel Farinha Gomes de Abreu

Nome completo: Sérgio Miguel Farinha Gomes de Abreu.

Natural de Lisboa, 9 de Setembro de 1967.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, em 1993.

Nomeado, por despacho do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional de 30 de Junho de 2008, secretário técnico da Unidade de Gestão e de Sistemas de Informação e Informática do Observatório do QREN.

Inspector superior da Inspecção-Geral das Actividades em Saúde (IGAS), carreira na qual foi admitido, após concurso, em Novembro de 1996, tendo desenvolvido diversas actividades, nomeadamente a realização de várias auditorias e inspecções, com particular incidência nas questões jurídicas em áreas como a contratação pública, os recursos humanos ou o contencioso hospitalar, para além de inúmeros pareceres jurídicos sobre a mesma temática.

Nomeado, por despacho conjunto da Ministra da Saúde e do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública de 16 de Maio de 2000, para integrar uma equipa multidisciplinar com a missão de realizar uma auditoria de particular complexidade ao Hospital de Santo António dos Capuchos, em Lisboa.

Autor de estudos e comunicações apresentados em palestras e *workshops* realizados na IGAS, designadamente subordinados ao tema do «controlo das horas extraordinárias hospitalares». Presidente de júri de vários concursos internos de pessoal (mistos e de acesso limitado).

Possuidor de vasta formação profissional complementar, promovida pelo INA, salientando-se aquela subordinada aos temas da contratação pública, contrato individual de trabalho na Administração Pública, auditoria financeira, auditoria de recursos humanos e sistema de controlo interno na Administração Pública.

Advogado na comarca de Lisboa entre Outubro de 1993 e Novembro de 1996, dedicando-se, em especial, a matérias relacionadas com o direito administrativo (contratação pública, procedimento e contencioso administrativo), direito comunitário e direito penal.

Nota Curricular de Ricardo Nuno Ferreira Paes Mamede

Nome completo: Ricardo Nuno Ferreira Paes Mamede.

Local e ano de nascimento: Coimbra, 1974.

Habilitações académicas:

Doutorado em Economia pela Universidade Bocconi (Itália);

Mestre em Economia e Gestão de Ciência e Tecnologia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa; Licenciado em Economia pela mesma instituição.

Docente no Departamento de Economia do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa desde 1999, com a categoria de professor auxiliar desde Maio de 2006, leccionando nas áreas da Economia e Integração Europeia, da Economia Sectorial e da Inovação e das Políticas Económicas.

Autor de vários artigos publicados em revistas científicas e livros nacionais e internacionais, centrando-se os seus interesses de investigação nos domínios da mudança estrutural, da inovação e das políticas públicas.

Exerce presentemente as funções de coordenador do Núcleo de Estudos e Informação do Observatório do QREN, onde se encontra requisitado desde Agosto de 2008.

Entre Junho de 2007 e Julho de 2008 foi director de Serviços de Análise Económica e Previsão do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação.

203067205

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e do Desenvolvimento

Despacho n.º 5628/2010

A GREENCYBER, S. A., foi constituída em 2006, com o objectivo de produzir e comercializar um novo produto no mercado das energias renováveis em Portugal, o biodiesel.

A GREENCYBER apresentou, no âmbito do regime contratual, a candidatura ao Sistema de Incentivos à Inovação ao abrigo da Portaria n.º 1464/2007, de 15 de Novembro, alterada e republicada pela Portaria n.º 353-C/2009, de 3 de Abril, de um projecto que consiste na criação de uma unidade industrial, localizada em Setúbal, para a produção de biodiesel, com capacidade para 250 000 t/ano, que representará o maior empreendimento nesta área.

O investimento em causa excede os 92,4 milhões de euros, prevendo-se o alcance, no ano de 2017, ano do termo da vigência do contrato, de um valor de vendas e prestação de serviços de cerca de 1,2 milhões de toneladas de biodiesel e um valor acrescentado de cerca de 95,2 milhões de euros, montantes acumulados desde o ano de 2012.

O projecto da GREENCYBER enquadra-se no regime especial previsto no artigo 15.º do Regulamento anexo à Portaria n.º 1464/2007, de 15 de Novembro, alterada e republicada pela Portaria n.º 353-C/2009, de 3 de Abril, demonstrando relevante interesse para a economia nacional pelo seu efeito estruturante para o desenvolvimento, diversificação e internacionalização da economia portuguesa, e ou de sectores de actividade, regiões, áreas consideradas estratégicas, de acordo com os critérios definidos no n.º 5 do artigo 19 do referido Regulamento.

Dado o seu impacto macroeconómico, considera-se, assim, que o projecto é de grande relevância para a economia nacional e reúne as condições necessárias à concessão de incentivos financeiros previstos para os grandes projectos de investimento, o que justificou a sua aprovação, naquele sistema de incentivos, através do despacho de homologação do Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e do Desenvolvimento de 11 de Março de 2010.

Assim, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 203/2003, de 10 de Setembro, determino:

1 — Aprovo a minuta do contrato de investimento e respectivos anexos, a celebrar pelo Estado Português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., e a RBTDL, SGPS, S. A., a Hagen Energia e Ambiente, SGPS, S. A., a BIOFORMULA, SGPS, S. A., o Banco Efisa, S. A. e a GREENCYBER, S. A., que tem por objecto a criação de uma unidade industrial desta última sociedade, localizada em Setúbal.

2 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

16 de Março de 2010. — O Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e do Desenvolvimento, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.
203064702

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Despacho n.º 5629/2010

Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 22.º n.º 2 da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, com o artigo 2.º da Portaria 824/2007, de 31 de Julho, é nomeado Chefe da Equipa Multidisciplinar Propriedade e Práticas Comerciais da Direcção Regional do Centro, o Inspector Técnico Principal Manuel Freire Lopes.

A presente nomeação produz efeitos a 1 de Fevereiro de 2010

Lisboa, 18 de Março de 2010. — O Inspector-Geral, (*António Nunes*).

203064346

Direcção-Geral das Actividades Económicas

Despacho n.º 5630/2010

Pelo meu Despacho n.º 252/2010/DG, de 11 de Março de 2010, e de acordo com a fundamentação da proposta de nomeação apresentada pelo Júri do procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, para chefe de divisão, ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 Agosto, e artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, foi nomeado, em comissão de serviço, por três anos, renováveis por períodos iguais de tempo, para o cargo de Chefe de Divisão de Investimento, Serviços e Novos Temas do Comércio Internacional, o licenciado Rui Pedro Conceição Reis

Pereira, afecto ao mapa de pessoal da Direcção-Geral das Actividades Económicas (DGAE).

O Júri entendeu como relevante, a adequação das suas habilitações académicas, aliada à experiência profissional, quer na área técnica do concurso, quer no desempenho de funções de dirigente, bem como a qualidade da formação profissional.

Na entrevista profissional foram evidenciadas excelentes qualidades profissionais, ao nível da motivação, tendo demonstrado muito interesse no desempenho das funções de dirigente e um excelente sentido crítico nas situações apresentadas.

Expressou-se com boa clareza e fluência verbais. De realçar os conhecimentos profundos e a qualidade da experiência que detém nas áreas do investimento e comércio internacional, bem como o conhecimento de organização e coordenação evidenciado pela representação e participação, designadamente em reuniões de grupos de trabalho no quadro das negociações comunitárias e multilaterais e reuniões inter e intra ministeriais, que permitem garantir que o seu desempenho será eficaz, conforme se poderá verificar na nota curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho.

Lisboa, 12 de Março de 2010. — *Mário Lobo*, Director-Geral.

Síntese curricular

Nome: Rui Pedro Conceição Reis Pereira.

Data de Nascimento: 12 de Agosto de 1970.

Formação Académica:

2006-2008: Mestrado em Estudos Europeus, Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa.

2002-03: Pós-Graduação em China Moderna, Instituto Superior de Ciências e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

2001-2002: Pós-Graduação em Relações Económicas Internacionais, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

1989-1994: Licenciatura em Relações Internacionais, Universidade Lusitana de Lisboa.

Actividade Profissional:

Desde Maio de 2009: Chefe de Divisão, em regime de substituição, do Investimento, Serviços e Novos Temas do Comércio Internacional, na Direcção de Serviços de Política Comercial Externa da Direcção-Geral das Actividades Económicas, Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

Março de 1997-Abril de 2009: Técnico Superior na ex-Direcção-Geral das Relações Económicas Internacionais, na ex-Direcção-Geral da Empresa e na Direcção-Geral das Actividades Económicas.

Experiência Profissional:

Coordenação e análise de matérias relacionadas com a regulamentação internacional do investimento, nomeadamente no âmbito da negociação de instrumentos convencionais e da actividade de organizações internacionais com competências neste domínio (UE, OCDE, UNCTAD) e acompanhamento da política comercial da UE, nomeadamente no que respeita às negociações sobre o comércio de serviços, e a interligação entre o comércio internacional e áreas como os mercados públicos, facilitação do comércio, ambiente e ajuda ao desenvolvimento.

Para além de acompanhar alguns temas da ronda negocial em curso da OMC (Agenda de Desenvolvimento de Doha), coordena a análise e emissão de pareceres sobre os vários litígios comerciais OMC em que a UE é parte interveniente, incluindo a avaliação do seu impacto económico para Portugal.

Durante 12 anos, foi responsável pelo acompanhamento do relacionamento económico institucional com os países da Ásia de Leste e do Sul.

Formação Profissional mais Relevante:

Setembro-Dezembro de 2009: Curso de Formação em Gestão Pública (FORGEP), Instituto Nacional de Administração.

Novembro de 2008-Maio de 2009: Curso de Auditores de Defesa Nacional, Instituto da Defesa Nacional.

Setembro de 2007: 36.º Leadership Program on Japan, Ministério da Economia, Comércio e Indústria do Japão.

Maio de 2007: Curso União Europeia: Aspectos Técnico-Práticos da Negociação Comunitária, Significado — Consultoria, Formação e Informática, L.ª

2005-2006: VIII Seminário de Estudos Europeus, Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal.

Junho-Julho de 2004: Curso de Formação sobre Política Económica Chinesa, Ministério do Comércio da República Popular da China.

Março de 2004: European Spring Institute 2004, Prague Centre for Public Policy.

Julho-Agosto de 1996: Curso The Political Economy of Development, London School of Economics and Political Science, University of London.

203064427

Instituto Português da Qualidade, I. P.

Despacho n.º 5631/2010

Aprovação complementar do modelo n.º 245.04.10.3.02

No uso da competência conferida pela alínea b), do n.º 1, do artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de Setembro e nos termos do n.º 5.1 da Portaria n.º 962/90, de 9 de Outubro e da Portaria n.º 422/98, de 21 de Julho, aprovo os Manómetros, marca *ASH-CROFT*, modelo *160 T5500*, requerido por FALEX — Equipamentos e Serviços, L.ª, com sede na Rua José Joaquim de Almeida, n.º 2, Loja 4, Santo Amaro de Oeiras.

I — Descrição sumária — trata-se de um manómetro, da classe de exactidão 1.0, de diâmetro 160 mm, aprovado pelo Despacho de Aprovação de Modelo com o n.º 245.04.04.3.40, publicado na 3.ª série do *Diário da República* n.º 134/2005, de 14 de Julho.

II — Alteração complementar — em relação ao modelo aprovado, este instrumento poderá utilizar gamas até 250 bar.

Monte da Caparica, 5 de Fevereiro de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *J. Marques dos Santos*.

303029995

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Secretaria-Geral

Despacho n.º 5632/2010

Nos termos e ao abrigo do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, determino:

Considerando o disposto nos artigos 4.º e 8.º do Decreto Regulamentar n.º 7/2007, de 27 de Fevereiro, e no artigo 2.º da Portaria n.º 219-L/2007, de 28 de Fevereiro:

I — É criada, na Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, uma equipa multidisciplinar, com as seguintes competências:

a) Planear, programar e realizar as acções tendentes à implementação do POCP na Secretaria-Geral e nos Serviços do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, bem como assegurar a articulação com os serviços centrais da Administração Pública competentes na matéria;

b) Conceber e propor, no âmbito da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, as adequadas medidas necessárias à modernização dos meios utilizados no domínio da gestão orçamental e financeira, acompanhando a execução das novas soluções e prestando o apoio que, nesta área, lhe seja solicitado pelos demais Serviços do Ministério;

c) Elaborar estudos e relatórios com vista à definição de medidas e soluções, no âmbito da gestão orçamental e da aplicação dos recursos financeiros do Ministério;

d) Estudar e propor orientações tendentes à progressiva implementação de um sistema de controlo interno de procedimentos, na área financeira e patrimonial, visando a melhoria contínua, o rigor, a inovação e a qualidade dos serviços prestados, através da adopção das boas práticas em uso na Administração Pública, sobre a matéria.

2 — É designado chefe da equipa multidisciplinar, com estatuto remuneratório equiparado a chefe de divisão, o técnico superior da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, licenciado Abílio Lourenço Correia de Freitas.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Abril de 2010.

18 de Março de 2010. — A Secretária-Geral, *Maria Clotilde Jesus*.
203064484